

**PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA
QUALIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE
EM OURINHOS - SP**

BR-L1606

**PLANO DE CONSULTAS E PARTICIPAÇÃO
DAS PARTES INTERESSADAS - PPPI**

Luiz Fernando Galli
Consultor em Meio Ambiente
São Paulo, fevereiro de 2023



PLANO DE CONSULTAS E PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS - PPPI

I. CONSIDERAÇÕES

A divulgação de informações sobre o Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade do Sistema de Saúde em Ourinhos e o estabelecimento de um espaço para a participação de todos é uma das exigências do Padrão de Desenvolvimento Ambiental e Social 10 – PDAS 10, do Marco das Políticas Ambientais e Sociais – MPAS do BID. Como tal, essa participação deve ser realizada dentro de um processo continuado de consultas e participação pública, com atores diversos, fornecendo informações e providenciando respostas.

Neste período em que a Pandemia da COVID 19 ainda é preocupante e demanda cuidados, a consulta pública será realizada de maneira híbrida. Assim, o interessado poderá participar de uma reunião presencial ou remotamente, pela Internet, de acordo com os procedimentos apresentados em item específico deste Plano.

II. PPPI - CONSULTAS SIGNIFICATIVAS

O conceito de Consulta Significativa deve ser introduzido como “uma contribuição ao processo de tomada de decisões e as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições”. Cabe ao Executor guiar-se pelos elementos da consulta às partes interessadas que compõem o ciclo padrão de todos os projetos que envolvem intervenções e obras financiadas pelo BID.

Para organizar o processo de Consulta Pública e atender plenamente os seus objetivos, o Executor deve adotar os seguintes critérios:

- a linguagem escrita deve ser simples e direta (linguagem jornalística), evitando ao máximo o uso de termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis;
- uso de outras linguagens, como vídeos, animações e apresentação oral de temas, sempre considerando o público não leitor;
- apresentação de exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações), de forma a transmitir à população a realidade do significado das obras contempladas pelo Programa;
- todo e qualquer atendimento às solicitações e reclamações da população deverá ser feito com zelo e empatia, para o devido entendimento da demanda. Atenção

especial deverá ser dada aos idosos, portadores de necessidades especiais e ao público não leitor; e

- as informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes.

O PPPI deve atender, também, as diretrizes do Banco quanto à divulgação de documentos, expressas nos princípios da **Política de Acesso à Informação OP-102**, que define:

- i) Máximo acesso à informação – o Banco se compromete a divulgar todos os documentos de projetos que produza ou que sejam produzidos pelo Executores de projetos;
- ii) Exceções claras e delimitadas – quando houver informação confidencial (segredos industriais, por exemplo) ou que possa causar prejuízo a entidades participantes ou afetadas pelos projetos;
- iii) Acesso simples e amplo a toda informação – o BID facilitará os meios, prazos e procedimentos eficientes para garantir que todos os interessados possam consultar essas informações; e
- iv) Justificativa e direito a revisão quando forem suprimidas informações ao público em geral – qualquer interessado pode requisitar acesso a informação não divulgada e recorrer ao Comitê de Acesso a Informação do Banco.

III. OBJETIVO

O objetivo deste Plano é o estabelecimento de um canal de comunicação junto à população afetada e beneficiada pelas obras do Programa, caracterizado como um processo de troca de informações capaz de possibilitar: i) o conhecimento do Programa e suas obras e as medidas de gestão socioambiental adotadas; ii) mapeamento e interação com as lideranças e associações estabelecidas nas áreas de intervenção; e iii) identificar particularidades de gênero, PcD, idosos e pessoas LGBTQIA+ e suas demandas em relação ao Programa.

Espera-se que as consultas ampliem a comunicação ao público em geral e instituições públicas e privadas. O diálogo proposto deverá atender, com documentação e meios de comunicação específicos, os diferentes bairros e regiões da cidade, destacando-se as intervenções e sua distribuição no território de abrangência do Programa.

IV. EXECUÇÃO

A realização da Consulta ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde - SMS/Unidade Gerenciadora do Programa - UGP, que mobilizará lideranças, associações, conselhos e demais agentes, como articuladores das partes interessadas. As demais secretarias municipais serão partícipes na montagem e realização das consultas, de acordo com sua participação na gestão do Programa.

Deverão ser consideradas as diferenças de oportunidades baseadas em gênero e os impactos socioambientais que integram a Estratégia de Promoção de Equidade de Gênero que será apresentada no Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS do Programa.

Tratando-se de consulta mista, realizada por meio da Internet e presencial, há que se prever um formato de interação com o público-alvo um pouco diferente da consulta exclusivamente presencial.

Na consulta mista, em decorrência das características peculiares da comunicação remota, onde o público interessado pode acessar informações sobre o Programa, consultar os documentos disponíveis e analisar os projetos e relatórios a qualquer hora e apresentar seus comentários e suas perguntas, o processo de consulta pode se estender por vários dias, recomendando-se o prazo máximo de 10 dias¹. Transcorrido esse prazo é agendada a consulta presencial, para ser realizada em local amplo e com horário e endereço amplamente divulgado, mas também transmitida via internet para que interessados também possam participar remotamente. A consulta presencial tem duração pré-determinada, de duas a quatro horas, seguindo o roteiro apresentado a seguir.

V. O PROCESSO DE CONSULTA

A partir da identificação dos principais intervenientes, a consulta pública deve providenciar a divulgação, informação e sensibilização de forma ampla junto às comunidades, visando uma efetiva apropriação do Programa pelos seus principais beneficiários e pela população em geral, envolvendo as diversas instituições responsáveis a nível municipal.

Dessa forma, e em cumprimento com as diretrizes do MPAS do BID, será garantida e comprovada a participação ampla das comunidades abrangidas pelo Programa, com destaque à participação de população das áreas de influência das obras.

Os convites devem incluir obrigatoriamente as ONGs atuantes na área de abrangência das intervenções, associações setoriais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, para discutir os projetos e o sistema de gestão ambiental e social que será adotado para assegurar a viabilidade socioambiental do Programa.

A Consulta objeto deste Plano deve ocorrer independentemente de eventuais audiências públicas que podem ser exigidas pelos órgãos estadual ou municipal de meio ambiente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, se aplicável.

O Executor garantirá que as atividades de consulta sejam inclusivas e culturalmente apropriadas e que grupos vulneráveis sejam beneficiados. Poderão ser utilizados meios de comunicação por rádio e mídia local (rádio, TV, mensagens de celular em grupos de

¹ Consultas remotas já realizadas em programas semelhantes do BID mostraram que 1 semana é um prazo bastante adequado para a ampla participação dos beneficiados e afetados pelos programas.

WhatsApp) para informar e consultar a população e os grupos-alvo. Igualmente devem ser utilizados os sites institucionais das secretarias e da Prefeitura Municipal de Ourinhos - PMO, disponíveis.

VI. ROTEIRO DE PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE CONSULTAS

4.1. Abrangência

Durante a execução da operação, o Executor deve considerar a experiência da administração municipal em comunicação para processos participativos e a abertura e manutenção de link específico para o Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade do Sistema de Saúde em Ourinhos no site das Secretarias, que possibilite a consulta aos documentos de projeto das intervenções e os documentos socioambientais pertinentes (AAS e PGAS).

Durante as rodadas de consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os componentes do Programa e os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras, além de aspectos específicos que sejam relevantes na discussão com determinada comunidade. O Executor deve dar prioridade à atualização do link/aba do Programa, informando os resultados da Consulta e a previsão de realização das reuniões subsequentes, se necessárias.

Na reunião presencial, a ser realizada depois de transcorrido o prazo da consulta remota, deverão ser apresentados o Programa com seus objetivos e componentes, os impactos decorrentes das obras e operação das unidades de saúde e os programas de mitigação e controle de impactos, reunidos no PGAS.

4.2. Identificação das Questões Prioritárias

Durante o período da consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras do Programa, além daqueles que sejam relevantes na discussão com o público.

É importante considerar na consulta que, apesar das obras de algumas unidades de saúde serem bastantes similares, os locais onde serão implantadas podem apresentar particularidades, como dimensões do terreno, proximidade com residências, padrão de urbanização, acesso etc. Há que se considerar, também, que as comunidades podem ter anseios diferentes e sensibilidade adversa em relação ao Programa como um todo.

Especificamente no que se refere às questões prioritárias, alguns aspectos não podem deixar de ser considerados:

- alcance a suporte técnico para as pessoas que necessitam de orientação ao acesso às plataformas virtuais (Facebook, Youtube, WhatsApp etc.) – público feminino, PcD, idosos e pessoas LGBTQIA+ que tenha dificuldade no acesso a ferramentas de comunicação a partir de suas moradias;

- ampliar os tempos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao Programa de forma geral, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo as mulheres participarem das consultas;
- verificar se as representações locais incorporam a representação por gênero, a fim de garantir a amplitude das demandas das mulheres e seus anseios e sugestões que contribuam com o desenho proposto no Programa. A experiência em programas semelhantes demonstrou que, na mobilização das comunidades: i) o convite deve ser dirigido diretamente às mulheres em linguagem simples e apropriada, para aumentar a sua participação e engajamento; e ii) os mobilizadores devem ser das próprias comunidades e ter a confiança das mulheres locais; e
- analisar a estatística de participação feminina e masculina e caso haja diferenças significativas, deve-se promover ações que ampliem o equilíbrio participativo em eventuais consultas subsequentes, incrementando os convites e garantia logística da presença de mulheres e jovens, com maior mobilização de equipe de apoio da UGP para as reuniões e alternativas de participação mais inclusivas.

É também recomendável que se antecipe, no âmbito da UGP/PMO, alguns questionamentos que normalmente ocorrem ao longo o período da consulta:

- Se ocorrer:
 - fechamento de vias;
 - interferência no trânsito local;
 - as obras não exigirão desapropriação e reassentamento;
 - ruído, poeira e odores; e
 - outros.

Podem, também, surgir questões que não estão diretamente relacionadas às obras ou mesmo ao Programa, como segue²:

- problemas de alagamentos em algumas áreas;
- ecossistemas degradados;
- abastecimento de água deficiente ou inexistente;
- bairros ainda não devidamente urbanizados pela PMO e que demandam, por exemplo, ligações de água e esgoto.

4.3. Identificação e Análise dos Atores e Partes Interessadas

Cabe ao Executor, utilizando-se dos recursos existentes de comunicação social e dados oficiais disponíveis, proceder à identificação das partes interessadas, considerando:

² Apesar desses problemas não estarem ligados ao Programa ou mesmo à Secretaria de Saúde, é recomendável que a consulta conte com material suficiente para dar respostas adequadas aos participantes, de forma a potencializar a construção de canais de comunicação adequados.

- o interesse de indivíduos ou grupos na implantação do Programa, correlacionando potenciais impactos negativos e benefícios associados;
- a caracterização breve por grupo identificado – setores produtivos, lideranças comunitárias, instituições e conselhos de classe etc.;
- dar especial atenção ao conteúdo das respostas aos questionamentos feitos pelo público, considerando:
 - os ajustes que podem e serão incorporados ao Programa;
 - a justificativa técnica e em linguagem didática quando as observações não forem incorporadas;
- considerando a experiência de consultas anteriores realizadas pelo Executor, organizar espacialmente e com as ferramentas necessárias para participação, os encontros necessários para atingir os diferentes grupos de partes interessadas ao longo da implementação do Programa;
- identificação de participantes (institucionais, organizações da sociedade civil e lideranças locais); e
- UGP, secretarias e representantes de estruturas que participam do Programa.

Pelo menos os atores e as partes interessadas apresentados a seguir devem ser considerados e formalmente convidados para a consulta:

- Todas as secretarias municipais e demais órgãos relacionados ao Programa;
- Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ourinhos;
- CETESB;
- Associações de moradores;
- Lideranças comunitárias dos Bairros contemplados pelas obras do Programa;
- Deputados ligados ao município e vereadores;
- Ministério Público do Estado de São Paulo;
- OAB; CREA; e CAU;
- ONGs; e
- Outros.

V. ORGANIZAÇÃO DA CONSULTA

5.1. Considerações

Inicialmente, deve ser verificada e considerada a experiência da PMO e demais instituições municipais em divulgação e realização consultas. Na página web da Prefeitura, abas específicas por Secretaria deverão ser fornecidos os enlaces/links para o acesso aos

documentos de projeto e socioambientais, facilitando o acesso e consulta seguindo as diretrizes aqui identificadas e considerando os aspectos apresentados a seguir.

Deverá ser garantida a plataforma adequada para as apresentações via Internet, bem como o uso de ferramentas de visualização e participação simples e que não tragam custos à população.

Informações sobre o Programa, com o filmes, fotografias, layout das unidades de saúde contempladas e, sobretudo, a Avaliação Ambiental e Social – AAS e o Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, deverão estar disponíveis ao público em geral, com antecedência mínima de uma semana, no site da Secretaria Municipal de Saúde e do BID, para que a população tenha acesso prévio às informações do Programa e seus projetos.

Todas as informações acima também serão apresentadas na consulta presencial por meio de exposições orais e projeções de filmes, maquetes eletrônicas, fotografias, entrevistas etc.

É obrigação do Executor do Programa:

- enviar convites institucionais para os atores e partes interessadas;
- disponibilizar o local para a consulta presencial que, também, se caracteriza como o momento de encerramento do PPPI;
- preparar uma exposição para a consulta pública que identifique os Componentes do Programa, os estudos ambientais que eventualmente sejam solicitados para obras específicas, a AAS/PGAS e o AGAS. Esse material também deve ser divulgado no site das Secretarias Municipais e disponibilizado também em meio físico para acesso fácil na sede da PMO;
- prover um responsável para preparar o Relatório da Consulta, documentando todo o processo, incluindo lista de participantes, perguntas e respostas, sugestões, print-screen etc. Este responsável deve conhecer o Programa e os projetos de forma a sintetizar eventuais discussões e questões levantadas pelos participantes. Tais questões poderão ser usadas para complementar a AAS/PGAS e o SGAS;
- divulgar o evento, com a antecedência necessária, em meios de comunicação oficiais e de mídia comercial acessível ao público-alvo das intervenções;
- preparar e apresentar no período da consulta os projetos em linguagem acessível ao público em geral, com peças de texto, mapas, fotos e figuras que os ilustrem e sua fase de preparação; e
- responder as questões relativas aos projetos do Programa que sejam apresentadas pelo público durante o período da consulta.

É obrigação da equipe de preparação dos projetos e seus relatórios socioambientais:

- apoiar o Executor na organização da consulta, explicitando os principais impactos socioambientais das obras e respectivas medidas mitigadoras reunidas, de acordo com o SGAS;

- prover esses documentos com antecedência, para que possam ser colocados à disposição do público em meio físico e eletrônico; e
- incorporar, sempre que possível e viável tecnicamente, as questões apresentadas, nos documentos de análise ambiental e de gestão relacionados aos projetos em pauta.

Para a realização de consultas também disponível em formato virtual deverão ser utilizados sistemas de transmissão, apresentação e participação por meio da internet, levando em conta que o uso deste recurso deve propiciar a participação comunitária de forma inclusiva. Executores de outros projetos financiados junto ao BID tem utilizado a plataforma Youtube para transmissões de eventos. Como outras opções de uso de plataformas online por meio da Internet, são sugeridas:

- Redes Sociais - Facebook, Instagram;
- Chamadas e reuniões virtuais por Zoom ou MSTEams; e
- Ferramentas para Webinar.

Fica a critério do Executor o uso da comunicação que melhor servir aos propósitos da Consulta. Os vídeos a serem eventualmente gravados deverão utilizar linguagem simples e de ser curta duração, visando garantir o interesse do público. Quando for necessário, podem ser gravados vídeos por tema específico para facilitar o entendimento do público. Podem ser utilizados recursos de animação e gráfica, de forma a possibilitar um conteúdo didático.

5.2. Chamamento e Mobilização

Tomando em conta o cenário pandêmico (mesmo considerando o avanço atual na interrupção do distanciamento social), toda comunicação envolvendo atividades de mobilização da comunidade, transmissão da Consulta Pública, disseminação de dados, coleta de informações e de manifestações das partes interessadas, e atendimento aos questionamentos deve incluir também ferramentas tecnológicas para comunicação remota.

No período da divulgação e chamamento, o Executor proverá um canal de contribuições online para manifestação dos interessados. Esse canal deve estar vinculado ao link da consulta que for criado na UGP/Secretaria da Saúde. O site informará sobre o canal de captação de demandas dos interessados, solicitando uma identificação prévia do participante, não obrigatória, mas que facilita responder a questões de cada um.

Os meios de transmissão e de comunicação remota previstos - Facebook, Instagram e Youtube - serão utilizados para as seguintes atividades:

- divulgação da consulta na rede social da SMS com publicação no feed de notícias;
- atuar como principais meios de transmissão da consulta e manifestação dos participantes;

- receber manifestações feitas através das páginas Facebook ou Instagram, do canal do YouTube, pelo e-mail disponibilizado pelo Executor e por um número de WhatsApp que estará disponível durante o tempo das apresentações, por mensagens que serão gerenciadas por mediadores. O objetivo não é responder a todos os comentários em tempo real, mas sim, compilar as questões e dúvidas manifestadas durante as apresentações ao vivo ou acessadas posteriormente pelos interessados;
- os participantes da consulta pública serão incentivados a realizar um breve cadastro, mas sua participação na consulta não pode ser condicionada se houver recusa; e
- qualquer pessoa poderá assistir o evento, mesmo não possuindo perfil ou cadastro na rede social ou canais de transmissão utilizados, sendo necessário apenas ter um aparelho com sistema de telecomunicação remota (computador, aparelhos celulares etc.), browser e acesso à internet.

5.3. Recursos Tecnológicos para Comunicação Remota

O convite para os eventos será publicado nos sites da PMO, SMS e demais instituições intervenientes com antecedência sugerida de sete (07) dias da data do evento. Serão identificadas lideranças, órgãos e entidades locais através de convites diretos, por meio de comunicação remoto (via telefone, redes sociais, WhatsApp e e-mails) convidando os interessados a se inscreverem previamente nos sites onde receberão um link para acessar os eventos. Este mesmo link será divulgado em todas as mídias de comunicação (nas páginas institucionais) para que qualquer interessado possa acessar o evento, mesmo que não convidado diretamente.

Anteriormente ao início das consultas deve ser feito um esforço de chamamento para a participação, identificando o interesse das partes que se inscreveram previamente no cadastro do site e das lideranças representativas conhecidas.

5.4. Recursos para Comunicação Presencial

A consulta presencial a ser realizada em local amplo com endereço e horário amplamente divulgados, deverá contar com os mesmos recursos audiovisuais da comunicação remota e seguir o roteiro apresentado no item seguinte (5.5.). O chamamento e mobilização para a consulta presencial também deverá contar com os mesmos canais de divulgação utilizados para a consulta remota.

O modelo de convite para a consulta sugerido a seguir poderá ser modificado e adaptado, de acordo com a plataforma a ser utilizada para a divulgação (Facebook, Instagram, WhatsApp, Rádio, Televisão etc.).

A **Secretaria Municipal de Saúde**, sob orientação e procedimentos da normativa nacional e estadual e do Marco de Políticas Ambientais e Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, convida a participar de evento que será realizado dia ..., às ..., com acesso por meio do site www..., que terá como assunto a apresentação do Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade do Sistema de Saúde em Ourinhos, em fase de preparação, e que irá discutir os desdobramentos relacionados aos projetos previstos em Ourinhos e seus investimentos, bem como as consequências e resultados de sua implantação.

Para a consulta, deverá ser constituída uma mesa com a presença de um coordenador da reunião, um representante da UGP/SMS e um técnico especialista apto a responder pelas questões técnicas relativas às obras seus impactos.

A abertura, apresentação do roteiro e encerramento da consulta estarão a cargo do coordenador da reunião. Por sua vez, o representante da UGP/SMSD fará a apresentação oral do programa, podendo se utilizar dos mesmos recursos audiovisuais utilizados na consulta remota.

5.5. Inserção do Programa e Apresentação

Nesta etapa será apresentado o Programa e aberta oficialmente a Consulta Pública. Pode contemplar uma sequência de vídeos e apresentações automatizadas, conforme segue:

Parte 1: Cadastramento do usuário na plataforma da Internet para acessar as informações e interagir com o sistema, sendo necessário:

Nome Completo, bairro e localidade e se representa alguma entidade ou comunidade e, opcionalmente, e-mail e celular (ao menos uma destas formas de contato deve ser obrigatória para que o requerente possa fazer questionamentos. Neste caso deverá ser criada automaticamente uma senha de acesso que será enviada ao celular ou e-mail cadastrado).

Parte 2: Vídeo introdutório, com informações sobre a programação da consulta. Nesse momento, também será realizada a apresentação das entidades promotoras da Consulta.

Parte 3: Vídeo com uma apresentação do Programa, de forma sintética e objetiva, em linguagem corrente e acessível ao público em geral e com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento do público-alvo. Deverá conter também uma apresentação institucional e do Programa. Serão abordados a descrição, os objetivos e justificativas do Programa.

Parte 4: Vídeo com a síntese dos resultados da AAS; descrição dos possíveis impactos ambientais da reforma, implantação e operação das unidades de saúde; descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados; e apresentação do PGAS, indicando os responsáveis por sua execução. Também deverão ser apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões durante a fase de obras.

Após a apresentação dos vídeos, será aberto um espaço para manifestação do público.

Este é o momento para os participantes exporem suas percepções sobre o Programa, dúvidas e expectativas. Serão consideradas três formas de colaboração pelo público:

- diretamente no site, por meio de forma escrita, com possibilidade de anexar documentos (PDF, fotos etc.);
- diretamente no site, anexando áudios, com possibilidade de anexar documentos (PDF, fotos etc.);
- por telefone (voz). Neste caso, sem possibilidade de enviar documentos.

O site permanecerá recebendo questionamento por **quatro dias** seguidos.

5.6. Resposta aos Questionamentos

Os questionamentos serão analisados e separados em grandes grupos e respondidos, após **três dias** do encerramento da etapa anterior. O processo de resposta poderá ser, caso a UGP considere conveniente por meio de uma *live* indicando os grandes grupos de questionamentos e as suas respectivas respostas.

A *live* deverá ser gravada e ficará disponível no site de consulta, podendo ainda ser feitas considerações finais por parte da população interessada em um prazo de **dois dias**.

No caso da realização da Consulta presencial, encerrando o processo de consulta e participação, os questionamentos poderão ser respondidos prontamente ou dentro de um prazo a ser acordado no próprio evento. Recomenda-se, entretanto, que tais questionamentos ou eventuais considerações surgidas ao longo do processo de consulta na Internet, sejam analisados e respondidos em até três dias após o encerramento da Consulta, em um processo de devolutiva, quando também serão tecidas considerações finais e apresentadas eventuais incorporações dos apontamentos realizados pelos participantes à AAS e ao PGAS.

Por fim, serão reforçados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões, agradecimentos e encerramento do evento.

5.7. Relatório de Consulta Pública

O Executor deve elaborar Relatório da consulta realizada, contemplando: i) apresentação do Programa e dos estudos socioambientais; ii) registro de participação com lista de presença, fotos, vídeos; e iii) as dúvidas e questões do público e as respectivas respostas do Programa.

Toda intervenção do público deverá ser respondida. Deverá também ser identificada, por contagem ou lista de presença, a participação de mulheres, PcD e representantes de grupos minoritários por autodeclaração. O Executor enviará os Relatório de Consulta Pública para ciência e consideração da equipe técnica do Programa no Banco.